

Adiado o esforço concentrado por falta de quorum

A falta de quorum na sessão de ontem da Constituinte — 246 presentes — adiou o início do esforço concentrado marcado para esta semana. O calendário estabelecido pelo presidente Ulysses Guimarães, com sessões diárias pela manhã e à tarde, até domingo, começa a ser alterado hoje, apesar das lideranças partidárias terem avançado em suas negociações sobre o projeto de Constituição até o artigo 80. A Assembleia só se reúne a partir das 13h30, e não às 9h como estava previsto. A medida pegou os líderes de surpresa e para o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), o baixo número de ontem deve ter motivado o cancelamento da sessão matutina de hoje.

Os presentes à sessão que começou às 18h de ontem não permaneceram nem uma hora em plenário. Ao serem abertos os trabalhos, diante da visível falta de quorum, o vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS/PA), suspendeu a sessão por meia hora. Na reabertura, já sob a presi-

dência de Ulysses Guimarães, por falta de 34 parlamentares a votação ficou inviabilizada. Cauteloso, o presidente marcou a próxima sessão só para a parte da tarde.

Nem o tradicional pinga-fogo que antecede às votações se realizou ontem, por falta de inscritos para falar. No entanto, antes de se encerrar a verificação de quorum, o deputado Amaral Netto (PDS/RJ) teve tempo de defender a pena de morte ao registrar "a tragédia enorme e gigantesca" ocorrida em seu Estado, quando quatro homens entraram em uma festa familiar para matar e estuprar.

O deputado Humberto Souto (PFL/MG), aproveitando a mesma oportunidade, protestou contra as notícias de que os bancos estão suspendendo os créditos aos microempresários, em decorrência do dispositivo do projeto que suspende o pagamento das dívidas dos empresários e dos pequenos produtores rurais. "É uma ofensa à Constituinte", considerou.

Presidente adere à pressa

O esforço concentrado, que vem sendo defendido pelo deputado Ulysses Guimarães, para concluir a votação da nova Constituição no próximo mês, ganhou hoje a adesão do presidente José Sarney. Ele recomendou aos líderes do governo do PFL no Congresso Nacional total apoio ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, porque deseja que o novo texto constitucional seja promulgado o mais rápido possível. A recomendação foi feita na reunião, pela manhã, no Palácio da Alvorada, e transmitida pelo senador Saldanha Derzi, líder do governo no Senado.

O parlamentar, que foi o porta-voz da reunião, argumentou que é preciso "ajudar ao querido Presidente nesse esforço concentrado", por considerar que chegou o momento de promulgar a nova Constituição. Ele observou que, a orientação de Sarney não é nova, porque ele tem interesse na conclusão da nova Carta Magna. A intenção de Sarney, como frisou no seu programa "Conversa ao Pé do Rádio" da última sexta-feira, é de ajudar, viabilizar e defender o futuro texto constitucional, sem contestá-lo. Por isso, ele afirmou mais uma vez que vai adequar o orçamento da União aos novos dispositivos constitucionais, lembrou Saldanha Derzi.

O presidente Sarney, de acordo com Saldanha Der-



Saldanha Derzi

zi, vai levar o orçamento "a sério", respeitando o que for decidido pela Constituinte, porque deseja passar o governo para o seu sucessor com as finanças totalmente equilibradas. "Realmente Sarney vai deixar o governo com caminhos menos tortuosos e difíceis para o futuro presidente da República", garantiu Derzi.

A reunião foi realizada entre as 11 e 12 horas, no Palácio da Alvorada. Dela participaram Derzi, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto; o líder da maioria e do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna; o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço; e o primeiro vice-líder do PFL no Senado, senador Edison Lobão, que substituiu o senador Marcondes Gadelha, em viagem.

Negociação avança, mas Ulysses espera

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Os líderes dos partidos reunidos ontem à tarde para a discussão dos pontos polêmicos existentes no Título IV (Organização dos Poderes) resolveram adiar a definição de um possível acordo sobre o dispositivo que proíbe a recondução do presidente Ulysses Guimarães à presidência da Câmara dos Deputados. Este é um dos assuntos mais candentes deste capítulo e deverá mesmo ser decidido no voto em plenário.

Como já existe uma campanha extra-oficial à sucessão de Ulysses Guimarães e alguns constituintes já se declararam candidatos ao cargo, será difícil fechar um acordo que garanta a aprovação de uma das duas emendas que derrubam o impedimento para que o atual presidente possa se reeleger. As emendas patrocinadas por Nilson Gibson (PMDB/PE) e Jorge Bornhausen (PFL/SC), pedem a supressão da expressão "vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente".

A idéia da reeleição do presidente Ulysses Guimarães pode ter o apoio de parlamentares peemedebistas, do PFL e de representantes do Governo. Mas tem a oposição dos partidos de esquerda. "Nós do PT vamos votar contra", anuncia o vice-líder José Genoíno.

Na parte da manhã, os líderes se dedicaram à costura da pauta que seria votada na primeira sessão do "esforço concentrado", marcada para as 18 horas. Eles decidiram entre outros pontos pendentes do Título III, levar a plenário a decisão sobre a proibição de campanhas publicitárias oficiais que significam a promoção pessoal de autoridades. Chamada de "emenda Quércia" — por se voltar exatamente contra as propagandas de seu governo — a emenda Gil César (PMDB/MG)

propõe a supressão parcial do texto aprovado em 1º Turno.

A expressão a ser suprimida diz ... "dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos". A emenda Gil César foi destacada pelo deputado Antônio Perosa (PSDB/SP) e para ser aprovada tem que receber 280 votos. Os líderes dos partidos de esquerda estão tentando convencer o deputado Antônio Perosa a abrir mão de seu destaque. "Estamos chamando os tucanos para enquadrar o Perosa", comentou José Genoíno.

O inciso VI do Artigo 30, que trata da inviolabilidade dos vereadores, também será levado a voto sem o acordo dos líderes. O PT discorda da aprovação de emenda do líder do PCB, Roberto Freire (PE), que sugere a manutenção do texto que diz apenas "inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato". A emenda prevê a supressão da expressão "e na circunscrição do município".

As emendas João Lobo (PFL/PI), Edison Lobão (PFL/MA) e Osvaldo Sobrinho (PMDB/MT), que propõem a supressão do dispositivo que delega ao Congresso Nacional competência para apreciar atos de concessão e renovação de concessões de emissoras de rádio e TV, igualmente não obtiveram o apoio dos líderes para serem votadas através de acordo. Serão disputadas no voto em plenário.

Depois de concluído o Título III, na parte da tarde os líderes iniciaram a discussão do Título IV (Organização dos Poderes), avançando até o Artigo 70. O ponto mais polêmico deste título, que trata da reeleição do presidente Ulysses Guimarães, deverá voltar a ser discutido nas reuniões de hoje.